

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1001950-56.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Comum - Obrigações
Requerente:	Guilherme Blotta e outro
Requerido:	EKOHAUS ESQUADRIAS EIRELI - ME e outro

GUILHERME BLOTTA E OUTRO ajuizou ação contra **EKOHAUS ESQUADRIAS EIRELI - ME E OUTRO**, pedindo a rescisão de contrato de compra e venda de certa quantidade de perfis em PVC, pois não houve a entrega, bem como indenização correspondente à devolução do preço pago e pelos danos morais enfrentados.

Veka do Brasil Ltda. arguiu ilegitimidade ativa de Mayla e passiva dela própria, contestante. Denunciou da lide terceiras pessoas. E refutou a responsabilidade solidária que lhe foi atribuída.

Manifestaram-se os autores.

Ekohaus foi citada por edital e não contestou, fazendo-o por negativa geral o Dr. Curador nomeado.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Descabe a denúncia da lide pois não há relação de regresso entre a contestante e as pessoas nomeadas a fls. 107.

Pretende-se a rescisão de contrato de compra e venda de esquadrias em PVC, do qual Mayla não fez parte. A indenização por dano moral seria consequência do desfazimento do contrato, sem constituir um fato a parte, independente. Logo, falta legitimidade a ela, para figurar na relação processual.

O produto não foi entregue, pelo que inevitável o desfazimento do contrato e a restituição do preço pago. A prova do fato positivo, da entrega do produto, incumbia à vendedora.

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Não se justifica o deferimento de verba indenizatória por dano moral, porquanto se vislumbra na espécie mero aborrecimento e a necessidade de recorrer à via judicial, para acerto de uma relação jurídica.

O inadimplemento contratual somente induziria verba indenizatória por dano moral se seus efeitos, por sua natureza ou gravidade, ultrapassassem o aborrecimento normal e repercutissem na esfera da dignidade da pessoa humana. A não ser assim, ter-se-ia a conclusão de que todo e qualquer inadimplemento contratual acarretaria dano moral indenizável. Não é assim.

Fácil concluir que a inadimplência contratual por uma das partes pode trazer aborrecimentos ao outro contratante, mas esse dissabor pode afetar qualquer cidadão em decorrência da complexidade da vida em sociedade, consoante refletiu o ilustre Desembargador Ruy Coppola, do TJSP, no Recurso de Apelação 0081309-57.2011.8.26.0002, j. 30.01/2014, com os seguintes acréscimos jurisprudenciais:

O inadimplemento de contrato, por si só, não acarreta dano moral, que pressupõe ofensa anormal à personalidade. É certo que a inobservância de cláusulas contratuais pode gerar frustração na parte inocente, mas não se apresenta como suficiente para produzir dano na esfera íntima do indivíduo, até porque o descumprimento de obrigações contratuais não é de todo imprevisível (REsp 876.527/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 4ª Turma, julgado em 01/04/2008, DJe 28/04/2008).

CIVIL. DANO MORAL. O inadimplemento contratual implica a obrigação de indenizar os danos patrimoniais; não, danos morais, cujo reconhecimento implica mais do que os dissabores de um negócio frustrado. Recurso especial não conhecido" (REsp 201.414/PA, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, Rel. p/ Acórdão Ministro ARI PARGENDLER, 3ª Turma, julgado em 20/06/2000, DJ 05/02/2001, p. 100).

Em suma, indevida indenização por dano moral na espécie.

A vendedora se apresentou como representante e parceira da contestante Veka (fls. 43 e 50).

Mas em nenhum momento constou do contrato que o produto prometido à venda é ou seria fornecido por Veka. Eram apenas caixilhos, portas e janelas em PVC com alma de aço, com os respectivos acessórios, ferragens em funcionamento e vidros **feitos sob encomenda**, na forma especificada no orçamento" (fls. 21).

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Também não consta de orçamento tratar-se de um produto Veka.

Repete-se que essas esquadrias seriam produzidas **sob encomenda, de acordo com a solicitação do cliente**, um produto personalizado (fls. 21, cláusula primeira, parágrafo segundo).

A marca impressa "Veka" aparece imperessa no cabeçalho, o que não induz vinculação, pois não se depreende anuência explícita ou implícita nessa conduta.

Sabe-se que a contestante fornece parte da matéria prima, os perfis em PVC que seriam utilizados pela vendedora. Além dos perfis, outros itens, de outros fornecedores, a exemplo de vidros, seriam agregados ao produto final, sem induzir responsabilidade solidária desses outros fornecedores. Lembra-se que o produto adquirido seria **confeccionado pela vendedora sob encomenda, seguindo um orçamento/projeto, o que denota a individualidade da contratação**, sem vincular fornecedores da matéria prima.

A habilitação ou credenciamento por parte da contestante, para a vendedora utilizar seus produtos (perfis em PVC) em projetos específicos destinados ao consumidor final, não induz responsabilidade. Significa apenas, segundo penso, que a fornecedora está qualificada para bem trabalhar e tratar a matéria prima destinada ao projeto final. Pensar de forma diferente levaria a considerar que, por exemplo, que a DuPont, ao credenciar/habilitar um empresário a utilizar sua matéria prima, responderia ou responderá por qualquer descumprimento contratual por parte desse empresário, o que parece um exagero. O exemplo poderia ser estendido a tantas outras empresas e marcas significativas no mercado. A 3M do Brasil responderia perante o autor consumidor se ele não receber películas protetivas dessa marca, encomendadas perante determinado empresário que adquire tal matéria prima daquela conceituada empresa? Não.

Insiste-se em que o raciocínio do autor levaria a criar hipótese de solidariedade entre inúmeros fabricantes de produtos destinados à construção civil, cuja marca seja estampada na sede da empresa ou em qualquer papel de divulgação do fornecedor contratado. O exemplo da 3M parece bem elucidativo para o caso concreto. E poderia ser estendido a inúmeros lojistas (FastShop, Casas Bahia, etc) que estabelecem uma parceria com determinados fabricantes, nem por isso vinculando todos em contratos de compra e venda.

Existe a transformação de um produto primário (fls. 113) e essa transformação não passa por qualquer ação comercial ou negocial da contestante. Então, pela coerência do raciocínio, o produto de vidros, ferragens, colas, tinta, todos, todos eles, envolvidos de alguma forma no processo fabril, seriam responsáveis solidários.

Diante do exposto, **acolho em parte o pedido** e, por efeito da rescisão do contrato de compra e venda, condeno **EKOHAUS ESQUADRIAS EIRELI ME.** a

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

devolver para **GUILHERME BLOTTA**, a valor atualizado das parcelas pagas, com juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial, acrescendo-se metade das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e os honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Rejeito o pedido indenizatório por dano moral.

Julgo extinto o processo no tocante à autora **MAYLA CRISTINA COLI BLOTTA**, sem resolver o mérito de seus pedidos, o que faço com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Julgo extinto o processo no tocante à litisconsorte **VEKA DO BRASIL LTDA.**, sem resolver o mérito dos pedidos contra si apresentados, o que faço com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Condeno os autores ao reembolso das custas e despesas processuais, desde que demonstradas, com correção monetária, e ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em R\$ 1.500,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 19 de janeiro de 2017.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA